

CIDADES

COMO A CAPITAL MODERNA E TOMBADA SE CONFRONTA COM A REALIDADE DA CIDADE NO TEMPO? COMO ENFRENTAR O DILEMA DO CRESCIMENTO? COMO CONCILIAR INTERESSES SEM FERIR O QUE FOI INICIALMENTE PLANEJADO? BRASÍLIA ENCARA A MATURIDADE

Nahima Maciel
Da equipe do **Correio**

O urbanista Lúcio Costa esperava o tempo de uma *realidade futura* na qual todos se sentissem à vontade no aconchego da *velha capital*. Assim ele dizia, em carta ao amigo e arquiteto Italo Campofiorito, então presidente da Fundação Nacional Pró-Memória e secretário do que na época era apenas Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PHAN). O ano era 1990 e o mês, janeiro. Na carta, o urbanista ressalta a autonomia e não vassalagem arquitetônica da capital. E lembra como algumas cidades estão “apenas vivas” e não carregam em suas origens a base conceitual que sustenta o projeto Brasília. No mesmo parágrafo, Lúcio Costa adverte para a necessidade de salvar sua obra moderna de inovações e modismos que estavam por vir.

Menos de três meses depois, o conjunto urbanístico e paisagístico do Plano Piloto entrava para o Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Antes, em 1987, fora incluído na seleta lista de bens do Patrimônio Cultural da Humanidade pela Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco. Era o que faltava para instituir medidas sérias de preservação das escalas da cidade. Mas era também um prenúncio das incertezas que o tombamento de uma cidade de 29 anos — ainda não havia completado nem 30 — poderia vir a gerar.

Hoje, aos 40 anos, a capital é mais adolescente do que nunca. Está longe do ponto final. Tem ainda 40% de terreno urbano a ser construído — além de *detalhes* do projeto original que não saíram do papel, como algumas *teosourinhas* da Asa Norte, as famosas passagens subterrâneas, o Centro Cultural da Esplanada dos Ministérios e entrequadras à espera de empreendedores. É um verdadeiro paraíso para o mercado imobiliário. Uma dor de cabeça para os defensores do Patrimônio e um impasse para a população, que não sabe ao certo até onde vai o tombamento. Além disso, a cidade ficou órfã da arquitetura moderna da qual nasceu. “O Plano Piloto não assumiu a forma adulta, a forma plena”, lembra Cláudio Queiroz, professor da Universidade de Brasília e arquiteto do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan).

Que a cidade não pode parar, estacionar no tempo, é um fato. A Brasília de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer continua. É dinâmica. O Plano Piloto, planejado para 700 mil habitantes, não conta ainda com 400 mil. E o tombamento, alguns arquitetos argumentam, engessa a

Jorge Cardoso 28.12.98



LÚCIO COSTA DISSE QUE A CIDADE, CONCEBIDA NA ESCALA DO DEFINITIVO, PERTENCE AO BRASIL

capital. Vez ou outra, surge um grito para modificar certas áreas da cidade. Recentemente, a invasão de área pública pelos comerciantes das entrequadras remexeu ânimos no Iphan. A cada ano, moradores de superquadras se unem para reivindicar a instalação de grades ao redor de seus “conjuntos residenciais”. O Setor Comercial Norte tem arranha-céus que deturpam a idéia original de um setor no qual as pessoas pudessem circular a pé, de um comércio a outro. “Não se pode permitir que a cidade fique descaracterizada”, lembra João Filgueiras Lima, o Lelé, parceiro de Niemeyer e autor de projetos como o Hospital Sarah.

Descaracterizar é a maior preocupação do arquiteto. Ele não nega a necessidade da capital se ajustar à evolução sócio-econômica natural ao crescimento urbano. Mas insiste na idéia das correções arquitetônicas e novos projetos serem desenvolvidos por equipes capazes de compreender o plano fundador de Brasília. “É possível fazer pequenas interferências, mas isso tem que ser feito com cuidado, ouvindo pessoas que realmente tenham uma vivência da cidade e não estão sendo pressionadas pela especulação imobiliária”, diz Lelé. E tomar a cidade funciona como um selo de proteção ao avanço desordenado do mercado imobiliário.

Cláudio Queiroz vai além de questões práticas quando o assunto é o tombamento. O respeito ao conceito da cidade — reafirmado por Lúcio Costa na carta ao PHAN em 1990 — é sinal de valorização sócio-cultural de um mo-

mento da história brasileira. “O tombamento é o subproduto genial do projeto original. Em Brasília se conseguiu realizar a utopia e a cidade é a síntese de uma nação nova feita de povos antigos”, romantiza Cláudio.

Ele lembra que as dimensões usadas por Niemeyer e Lúcio Costa têm escalas programadas de acordo com espaços delimitados. E essa escala tem característica fundamental: está baseada em proporções humanas. Por isso, construir arranha-céus — como os prédios do Setor Comercial Norte — acaba por deturpar conceitos básicos da proposta original. Cláudio encara o tombamento como uma lição de cidadania e garantia da qualidade de vida. “Uma cidade não pode ser só especulativa, ela tem que ser humanista”, avisa.

Distante do centro tombado, há ainda o problema do inchaço das cidades que pululam em volta do Distrito Federal. Refletir sobre o tombamento é também pensar na estrutura do entorno. E nas alternativas que a cidade dos sonhos de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer têm para acompanhar com harmonia o crescimento inerente a qualquer centro urbano.

“O tombamento deve suscitar uma discussão sobre a equidade social que não acontece na periferia”, sugere o geógrafo Aldo Paviani. Professor do Instituto de Geociências da UnB e autor de *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*, Aldo lembra que a iniciativa de preservação do Plano Piloto reflete diretamente no crescimento das cidades do DF, que acabaram por se tornar dormitórios

sem infra-estrutura de desenvolvimento econômico. “Queremos preservar um momento da nossa arquitetura, mas temos que pensar sobre o outro lado, que não o arquitetônico”, reivindica, lembrando que as cidades abrigam quatro quintos da população de Brasília.

Se a capital traduziu tão bem os princípios da Carta de Atenas de 1933 e o pensamento dos arquitetos modernistas da década de 50, é porque estava predisposta a existir. O próprio Lúcio Costa destaca, na carta a Italo Campofiorito: “O importante é que Brasília *exista* e tenha sido concebida e consolidada na escala do Brasil *definitivo*”. No final, o urbanista assume que a cidade saiu de seus sonhos, se soltou de sua cabeça, e acabou por pertencer ao Brasil. Tombá-la patrimônio é pedir ao país que cuide do sonho.

CRESCER PARA TODOS OS LADOS

Um dos arquitetos mais requisitados do momento, George Zardo acredita que o tombo vai transformar Brasília em cidade obsoleta. Para ele, a capital não vai evoluir, crescer e se tornar uma cidade “como qualquer outra” se não se desvencilhar das amarras propostas por Lúcio Costa.

“Tem que dar flexibilidade para deixar a cidade melhorar, embelezar”, diz. O “melhorar” esbarra no principal argumento de Lelé para defender a necessidade de preservar o plano original. Cada vez que uma proposta para “melhorar” algum aspecto da cidade é sugerida, Lelé avalia, deveriam surgir também as perguntas “Para quê? Por quê? Melhorar ou piorar?”.

George Zardo não tem dúvidas: “melhorar”. Como? Atendendo às necessidades e vontades dos habitantes. “É uma cidade nova e a população está pedindo isso”, argumenta. Uma cobertura num prédio residencial ou a invasão de área pública no comércio das entrequadras, segundo ele, não ferem o projeto. Assim como a instalação de comércios em áreas residenciais. “Em qualquer cidade do mundo você tem essas mudanças”, compara. Mas Brasília não é uma cidade qualquer.

Mesmo assim, George insiste. “Essa questão do tombo tem que ser revista e não pode ser irrestrita”, pede. Ele lembra de um arquiteto italiano com o qual visitou a cidade. O colega comentou o aspecto envelhecido da capital. Não achou antiga, mas achou velha. Para o arquiteto é assim. Se a rigidez na preservação continuar, em algumas décadas Brasília vai ter cara de velharia. “Tombou, tombou, mas a hora que começar a ficar ruim para nós, tem que rever”, ataca.

TOMBAR NÃO É ENGESSAR

Quando Lúcio Costa encaminhou ao PHAN a carta na qual justificava a necessidade do tombamento da capital federal, em 1990, destacou que apenas esse dispositivo de proteção seria capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade de conhecer Brasília como foi concebida. Enumerou um a um os itens a serem observados no tombamento, oito no total.

Primeiro, as escalas usadas para a concepção — escalas de residência, convívio e lazer — deveriam ser respeitadas, assim como a estrutura urbana e as características dos dois eixos que cruzam a cidade. Depois, o conceito das superquadras e do Eixo Monumental, com a Praça dos Três Poderes ao fundo, não devia ser burlado. Não há itens proibindo novas construções. Eles apenas exigem a preservação dos gabaritos, ou modelos.

“Brasília tem mil erros e defeitos, mas tem espaço suficiente para corrigi-los”, avisa o arquiteto César Barney, que trabalhou com Niemeyer logo que a capital foi inaugurada. Corrigir é acertar novos usos para antigos espaços, desde que não haja descaracterização do projeto original. E isso acaba sendo processo natural de crescimento da cidade.

Se o tombo parece instrumento drástico de preservação, é porque muitas vezes é mal compreendido. Gilson Paranhos, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (DF), aponta falta de consciência da sociedade e pouca seriedade do poder público como fatores de rejeição ao tombamento. “Antes havia códigos simples e preocupação dos arquitetos com qualidade arquitetônica. Hoje os códigos são complicados e não saem do papel.”

Pouca clareza leva arquitetos e população a pensar que o tombo impede qualquer interferência. E confunde tomar com transformar Brasília em patrimônio mundial da humanidade. A decisão de incluir um bem nacional na lista de preservação cabe unicamente ao governo federal. Apenas o Iphan pode tornar lei a proteção de um bem. Ou seja, tombá-lo.

Depois que o governo federal se compromete a preservar, pode entrar com pedido junto à Unesco para incluir o patrimônio na lista dos protegidos mundiais. Mas a Unesco não tem poder de interferência nos processos de proteção nacionais. O máximo que pode fazer, caso constate deterioração do bem, é mobilizar grupos internacionais para pressionar os governos. Não existe, no entanto, possibilidade do bem ser excluído da lista de Patrimônio Cultural da Humanidade. Mesmo que sua preservação não esteja sendo respeitada.